

A grande imprensa brasileira dos anos 50 e as ideias cepalinas sobre industrialização planejada no Segundo Governo Vargas.

Luis Carlos dos Passos Martins.

Cita:

Luis Carlos dos Passos Martins (2013). *A grande imprensa brasileira dos anos 50 e as ideias cepalinas sobre industrialização planejada no Segundo Governo Vargas. XIV Jornadas Interescuelas/Departamentos de Historia. Departamento de Historia de la Facultad de Filosofía y Letras. Universidad Nacional de Cuyo, Mendoza.*

Dirección estable: <https://www.aacademica.org/000-010/350>

**XIV Jornadas
Interescuelas/Departamentos de Historia
2 al 5 de octubre de 2013**

ORGANIZA:

Departamento de Historia de la Facultad de Filosofía y Letras

Universidad Nacional de Cuyo

Número de la Mesa Temática: 42

Título de la Mesa Temática: Las publicaciones periódicas en América Latina y su recepción en el campo social y político

Apellido y Nombre de las/os coordinadores/as:

Alejandra Evelia de Arce

María Marcela Aranda

Fabio Aberaldo Moraga Valle

TÍTULO DE LA PONENCIA

Luis Carlos dos Passos Martins

Professor Adjunto História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

luismart86@terra.com.br

luis.martins@pucrs.br

<http://interescuelashistoria.org/>

Título: A grande imprensa brasileira dos anos 50 e as ideias cepalinas sobre industrialização planejada no Segundo Governo Vargas

Luis Carlos dos Passos Martins
Pós-doutor em História (PUCRS)
Professor Adjunto do Departamento de História da PUCRS

Introdução

O Segundo Governo Vargas (1951-1954) é considerado um dos períodos da história contemporânea brasileira onde tivemos, não apenas um forte crescimento econômico, mas também políticas públicas essenciais para o desenvolvimento nacional, fundando as bases para os anos de grande rápido crescimento, ocorridos, em especial, no governo de JK.¹ Centrado essencialmente na industrialização acelerada do Brasil, o projeto de desenvolvimento varguista teve como medidas-chave a criação de empresas como a Petrobras – além do lançamento da proposta que daria origem a ELETROBRÁS -, de bancos públicos voltados para o fomento industrial, como o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), e de agências de planejamento econômico, como era o caso da Comissão de Desenvolvimento Industrial (CDI).

No geral, embora não se tenha consenso na historiografia sobre este tema, o programa econômico de Vargas é considerado como nacional-desenvolvimentista, ou seja, defendia o crescimento acelerado com base na industrialização, para o qual era considerado essencial a intervenção estatal na economia (empresas e investimentos públicos, controle das importações e do câmbio, regulação dos mercados, etc.), mesmo que se contasse com capital privado e recursos estrangeiros (FONSECA, 1987; BIELCHOWISKY, 2000).² Segundo esses autores, a base ideológica e programática desse programa era, em grande parte, fornecida pela Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), especialmente as suas considerações sobre a deterioração dos

¹ Exemplos dessa interpretação podem ser encontrados em FONSECA (1987), DRAIBE (1980) e LEOPOLDI (2002)

² Conforme muitos autores (BIELCHOWISKY, 2000, FONSECA, 1987), no Segundo Governo Vargas foram esboçadas as bases teóricas, programáticas e institucionais de um projeto desenvolvimentista, que buscou promover a industrialização planejada da economia brasileira. Embora esse programa tivesse como base a ampliação do papel do Estado, ele não era hostil ao capital estrangeiro, desejando contar com o seu apoio para investimentos em infraestrutura e na produção de bens de consumo (BASTOS, 2009 e FONSECA, 1987). Vargas, porém, preferia evitar inversões privadas estrangeiras em setores estratégicos da economia (petróleo, hidroeletricidade) e dava preferência para o capital público de agências como o Banco Mundial e o Eximbank, mas não excluía a sua inversão no país.

termos de troca e a necessidade de industrialização dos países periféricos como única alternativa para o desenvolvimento. Como lembra LEOPOLDI, isso

permite pensar numa aliança política entre a *liderança industrial, os técnicos nacionalistas, os representantes da Cepal no Rio de Janeiro (Grupo Misto Cepal-BNDE) e o presidente Vargas em torno de um projeto nacionalista de desenvolvimento econômico*. Por outro lado, tal projeto nunca se definiu claramente, em virtude da propensão de Vargas em buscar um caminho intermediário (LEOPOLDI, 2000, p. 230).

Essa forte presença das ideias cepalinas na elaboração e execução do programa industrializante de Vargas não deve nos surpreender. A Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) foi criada em fevereiro de 1948, pelo Conselho Econômico e Social da ONU, com o objetivo de procurar definir uma “política frente ao subdesenvolvimento” (BIELCHOWISKY, 2000b) para a região sul do continente americano. Esse novo organismo das Nações Unidas obteve boa receptividade por parte dos países latino-americanos, cujas principais economias desejam intensificar a cooperação econômica estabelecida com os EUA durante a Segunda Guerra Mundial e, assim, manter ou aumentar seu nível de desenvolvimento através da industrialização (AYERBE, 2002, p. 75).

No caso do Brasil, é correto afirmar, como recorda FONSECA, que grande parte das ideias defendidas por Prebisch sobre a industrialização não era original, já estando presente tanto nos discursos quanto nas ações dos homens públicos da América Latina e do Brasil, antes do surgimento da Cepal.³ Mas, como este mesmo autor salienta, um dos méritos dessa Comissão foi ter “organizado, sistematizado e apresentado dentro dos cânones formais técnicos e científicos” tais teses (2000, p. 28). O que não foi pouca coisa, pois obrigou economistas neoliberais como Gudin, hegemônicos no debate acadêmico em economia e desdenhosos de outros defensores do planejamento e do protecionismo menos “prestigiados” – como Manoilescu e o próprio Mannheinn-, a

³ Segundo FONSECA, “inúmeros argumentos cruciais do pensamento cepalino, como intervencionismo, crítica à especialização agrícola do país, à divisão internacional do trabalho e ao livre cambismo, planejamento, desenvolvimento econômico, divisão centro/periferia e da defesa da industrialização, não eram propriamente novidades no Brasil ao final da década de 1940, quando a Cepal foi criada. Nem mesmo a perda nas relações de intercâmbio, a mais famosa das teses de Prebisch e certamente a que mais incomodou o *mainstream*, haja visto a quantidade de trabalhos acadêmicos que suscitou” (FONSECA, 2000, p. 33).

considerar e procurar rebater as ideias de seu “colega” argentino.⁴ Além disso, mesmo já parcialmente adotadas na América Latina, foi “a partir das colocações teóricas de Prebisch”, como salienta FERRER, que “estas políticas deixavam de ser decisões transitórias (...). Desde então, a industrialização e a intervenção do Estado nas trocas internacionais e outros mercados se converteram em objetivos e instrumentos principais da política econômica” (FERRER, 1990, p. 31).⁵ Em consequência, não surpreende que tenha sido em torno da Cepal, de seus estudos, relatórios, congressos e comissões, que as principais propostas de planejamento surgiram em um país como o Brasil, especialmente com o economista (BIELSCHOWSKY, 2000a, p. 153). Sendo o ponto culminante desse processo a V Reunião da Cepal, ocorrida em abril de 1953, no Hotel Quitandinha, em Teresópolis, e que teve, inclusive, o discurso de abertura proferido pelo próprio presidente Getúlio Vargas.⁶

Dessa maneira, não é por acaso que tal projeto, não obstante o curto período correspondente ao Segundo Governo Vargas, tenha provocado tantas transformações e provocado tantas reações no Brasil, nos anos 50. No diz respeito às reações negativas, as mais destacadas ficaram por conta dos grupos voltados para o comércio de importação (que desejavam maior liberdade cambial), dos investidores estrangeiros no Brasil (que recebiam o controle sobre o fluxo de capital) e da elite político-intelectual defensora do liberalismo e dos princípios ricardianos das vantagens comparativas. Esse último grupo, aliás, foi o mais ativo crítico do programa varguista, acusando-o, tanto no

⁴ Nos inícios dos anos 50, Prebisch veio várias vezes no Brasil apresentar suas propostas, estabelecendo um debate muito vivo com a intelectualidade liberal brasileira, notadamente com Gudin e Otávio Bulhões, cujos textos essenciais foram publicados na Revista Brasileira de Economia.

⁵ Além disso, como lembram diversos autores, o pensamento cepalino obteve grande receptividade entre os industriais, carentes de uma liderança intelectual desde o falecimento de Simonsen, em 1948. Aliás, como relembra BIELSCHOWSKY, a morte prematura do presidente da CNI coincidiu com a criação da Cepal, a qual representou um “avanço importante”, porque, além de associar a “credibilidade da ONU” à proposta de industrialização planejada, ainda “forneceu um poderoso instrumental analítico antiliberal, que foi parcialmente incorporado pelos desenvolvimentistas da área privada e integralmente incorporado pela maioria dos desenvolvimentistas nacionalistas do setor público” (BIELSCHOWSKY, 2000, p. 78). O “encontro com a Cepal, contribuiu, assim, para a renovação e atualização do ideário industrialista que se havia forjado sobretudo a partir da década de 1920” (COLISETTE, 2002, p. 144).

⁶ Conforme LEOPOLDI, esta reunião “simbolizou a aliança entre o pensamento cepalino, o ideário industrial e as políticas de expansão industrial do governo Vargas”, sendo o Brasil, em sua opinião, “o único país da América Latina onde se deu esta convergência de ideias, levando o governo Vargas a criar um organismo de cooperação com a Cepal, e a liderança industrial do país a patrocinar um encontro da Cepal – o de 1953 – e a adotar a sua terminologia” (LEOPOLDI, 2002, 69). Já, segundo BIELSCHOWSKY, a “metodologia básica dos trabalhos de planejamento foi apresentada na Quinta Seção da Comissão Econômica para a América Latina, no Rio de Janeiro, em 1953, ocasião em que se definiu também a constituição do Grupo Misto Cepal-BNDE” (BIELSCHOWSKY, 2000, p. 147).

Congresso, quanto por meio da imprensa, de ser estatista e, em última instância, totalitário.⁷

Os grandes jornais e o projeto varguista

Diante desse contexto, podemos colocar uma questão: qual foi o posicionamento grande imprensa brasileira sobre esse projeto? Em especial, qual o posicionamento desses jornais frente às ideias cepalinas que compunham parte significativa da inspiração teórica do mesmo?

Considerada um dos principais atores da cena política no Segundo Governo Vargas, os maiores e mais influentes jornais brasileiros normalmente são elencado como um dos grandes pontos de desestabilização desse governo, responsáveis por gerar um “ambiente político” negativo que precipitou à sua queda.⁸

Muitos dos grandes jornais do Brasil, como o **Diário de Notícias**, do Rio de Janeiro, e o **Estado de S. Paulo**, já tinham um longo histórico de conflito com Vargas cuja origem pode ser situada ainda nos primeiros anos do Governo Provisório (1930-1934), instalado no país logo após a Revolução de 30. Não surpreende, assim, constatar que, na eleição de 1950, vencida por Getúlio, a grande maioria dessas publicações tenha dado apoio ao candidato da União Democrática Nacional (UDN), brigadeiro Eduardo Gomes, que disputava pela segunda vez o posto de presidente da República, novamente sem sucesso. Nem devemos estranhar a postura oposicionista adota por esses impressos quando Vargas retornou à Presidência, em 1951.

Em se tratando de oposição a Getúlio, a imprensa da cidade do Rio de Janeiro ocupa um lugar de destaque. Localizados no centro administrativo e cultural do país, os grandes jornais cariocas tinham um enorme poder de influência na sociedade brasileira e no universo político dos anos 50, sendo sempre citados quando o tema é o cerco que a imprensa nacional teria feito ao presidente.

Como podemos entender tamanha oposição?

⁷ O maior defensor desse ponto de vista foi o economista liberal Eugênio Gudín (1954). Um bom levantamento sobre esse debate pode ser encontrado em BIELCHOWISKY, 2000.

⁸ Sobre essa “oposição intransigente”, consultar SILVA (1978) e SODRÉ (1983). Já em relação à enxurrada de acusações a Getúlio, podemos consultar: ABREU & LATTMAN-WELTMAN, 1994 e RODRIGUES, 1999.

Dentre os vários motivos apontados pelos pesquisadores, duas formas de argumentação se destacam. Embora não sejam necessariamente excludentes, elas têm recebido pesos diferentes entre os pesquisadores.

Em uma delas, são arrolados motivos políticos. O histórico de longos conflitos entre Vargas e os principais jornais brasileiros, especialmente durante a ditadura do Estado Novo – período em que Getúlio procurou controlar a imprensa –, teria gerado grande animosidade desses jornais para com o presidente. Classificado seguidamente como “ex-ditador”, “caudilho”, “demagogo” e “populista”, Vargas representaria os principais males da política brasileira, devendo, assim, ser combatido a todo o custo. Somando-se a isso a afinidade desses impressos com a UDN, cujo candidato à Presidência recebeu o apoio da maioria dos impressos cariocas nas eleições de 1950, comporíamos o quadro que explica o comportamento dos jornais (ABREU & LATTMAN-WELTMAN, 1994).

A segunda explicação não exclui a primeira, mas devemos salientar que elas não são complementares, ou seja, a aceitação de uma não leva necessariamente à concordância com a outra. Por ela, a principal causa da forte oposição dos jornais a Vargas estaria baseada em uma profunda incompatibilidade entre o programa econômico que o presidente teria tentando implantar em seu Segundo Governo e aquele que era defendido pelos grandes diários do Rio de Janeiro. Conforme este argumento, Vargas teria levado adiante programa nacionalista, baseado em uma ampla intervenção do Estado na economia e em uma forte hostilidade ao capital estrangeiro, cujo principal objetivo seria promover o desenvolvimento de um capitalismo autônomo no Brasil. Já a grande imprensa defenderia um ponto de vista “liberal” ou “neoliberal” e, por isso, advogaria o mínimo de intervenção estatal na economia e o máximo de liberdade ao fluxo de capital e mercadorias. Isso tornaria o país mais atrativo aos investimentos estrangeiros e/ou iria lhe possibilitar maior proveito nas trocas internacionais, exportando o que produzia melhor e mais barato - bens primários - e importando aquilo que produzia com menos qualidade e com maior preço - bens manufaturados.⁹

Alguns autores procuraram explicar melhor estas teses associando as posições de Vargas e da imprensa a grupos econômicos e sociais que se enfrentavam no período.

⁹ Para as versões mais originais dessa interpretação, embora com algumas variações entre os autores, consultar: SODRE (1983), SKIDMORE (1999) e SILVA (1978). Para o emprego dessa visão em pesquisas acadêmicas mais recentes, ver RODRIGUES (1999) e HAUSSEN (2001).

Assim, o governo de Getúlio seria sustentado socialmente por uma aliança entre a burguesia nacional e as massas trabalhadoras urbanas. Já a grande imprensa era representante do capital estrangeiro investido ou interessado em investir no Brasil, do comércio de importação-exportação ou, ainda, do setor agrícola voltado para o mercado externo.¹⁰ Para muitos analistas (SODRÉ, 1983, SKIDMORE, 1996, SILVA, 1978) estes grupos financiavam os jornais ou mesmo os corrompiam, determinando, dessa maneira, o ponto de vista que a imprensa deveria defender. Essa interpretação é muito difundida e, com algumas variações, a mais empregada para a compreensão do comportamento da imprensa no período. Entretanto, muitas lacunas permitem por em dúvida essa explicação.

Primeiro, não existem pesquisas específicas que tenham testado a sua validade. Ela é, na verdade, muito mais decorrente de observações gerais sobre a imprensa e de relatos de personagens da época do que de análises concretas dos jornais.

Segundo, essa tese – e a maior parte dos trabalhos que a sustentam – é baseada em uma concepção bastante redutora do papel da imprensa no debate público, normalmente limitado à condição de porta-voz dos grupos dominantes. Por ela, as tomadas de posição dos jornais devem ser prioritariamente interpretadas como a defesa dos interesses econômicos ou políticos daqueles que financiam as publicações ou que têm poder de influência sobre elas. Situação que seria mais grave nos anos 50, quando o jornalismo brasileiro ainda não havia adotado os princípios de neutralidade e objetividade da imprensa anglo-saxônica, sendo formado por impressos vinculados a grupos específicos, cuja linguagem e linha de conduta se confundiam e se subordinavam à política.¹¹

Ao nosso entender, essa forma de compreensão da imprensa e de sua relação com outras instâncias sociais é bastante discutível. Algumas análises mais recentes têm demonstrado (Lavínia RIBEIRO, 2004; ABREU&LETTMAN-WELTMAN, 1994), por exemplo, que os grandes jornais brasileiros dos anos 50 já apresentavam maneiras próprias de inserção no espaço público, não podendo ser considerados apenas suporte

¹⁰ No primeiro caso, ver BOITO Jr (1982) e SODRÉ (1987). Já para o segundo caso, consultar particularmente SKIDMORE, 19996.

¹¹ Para uma versão mais tradicional dessa visão, ver SODRÉ (1983) e SILVA (1978). Para uma versão mais contemporânea, consultar RIBEIRO (2002) e LAURENZA (1998). Uma crítica a esta percepção pode ser encontrada em ABREU. & LATTMAN-WELTMAN, 1994, e MARTINS, 2006.

do discurso de poder de outras instâncias sociais. O que nos leva a contestar se a visão tradicional da imprensa realmente é suficiente para dar conta deste aspecto.

Terceiro ponto: como vimos, a década de 1950 é considerada, pela historiografia especializada em economia, o Segundo Governo Vargas é considerado um período de grandes transformações econômico-sociais no Brasil, baseado no nacional-desenvolvimentismo. Ora, se aceitarmos essa argumentação e mantivermos a interpretação que a grande imprensa se opôs a Vargas por causa de seu programa econômico, teremos que concordar que os principais jornais brasileiros se opuseram às bases desse nacional-desenvolvimentismo e, assim, ao próprio processo de crescimento do Brasil e aos interesses da burguesia industrial brasileira. Mas seria aceitável essa conclusão? Mais uma vez não dispomos de pesquisas específicas sobre qual foi a posição dos nossos grandes jornais frente a este programa econômico que, conforme as palavras de BIELSCHOWSKY, estava se tornando hegemônico no período.¹²

Em consequência, as três questões acima levantadas justificam o estudo sobre o posicionamento dos principais jornais cariocas a respeito do programa econômico do Segundo Governo Vargas. Tal estudo, além de nos permitir ter uma noção mais clara sobre a posição da grande imprensa do Rio frente a este governo, ainda pode nos oferecer elementos para compreender melhor a visão que estes impressos apresentavam sobre as mudanças em curso e sobre o projeto desenvolvimentista.

Para realizar esta pesquisa, delimitamos um universo composto por quatro jornais da Capital Federal: **O Globo**, **Correio da Manhã**, **O Jornal** e **Jornal do Brasil**.¹³ A partir desse *corpus* documental, analisamos o posicionamento dos periódicos frente as principais ações do Segundo Governo Vargas na promoção do

¹² O único trabalho que aborda o tema é o artigo de SARETTA (2004) e que analisa **O Estado de S.Paulo**. Estudando os editoriais desse jornal no período, conclui que o mesmo defendeu os principais itens do programa econômico de Vargas, chegando a classificar a política econômica sustentada pelo jornal nessa conjuntura, através das categorias empregadas por BIELSCHOWSKY, como desenvolvimentismo não-nacionalista e não liberal ou neoliberal.

¹³ Esta escolha se ancorou em três critérios básicos: a) selecionamos apenas jornais que pertenciam à grande imprensa da época e que eram identificados ou se identificavam como liberais, tendo em vista que todos citados eram impresso de circulação diária e regular e apresentavam tiragem entre 60 e 100 mil exemplares/dia, segundo os dados do *Anuário Brasileiro de Imprensa*; b) escolhemos somente periódicos do Distrito Federal, porque, além de serem os mais influentes no país, ainda não foram objeto deste tipo de estudo; c) utilizamos um critério qualitativo de representatividade para os jornais selecionados, quer seja pelo histórico de atuação e de influência na esfera pública brasileira – como eram os casos do **Correio da Manhã** e do **Jornal do Brasil** – quer seja pelo possível impacto ou abrangência que suas tomadas de posição podiam atingir – como eram os casos do **O Jornal**, órgão-líder da cadeia dos *Diários Associados*, de Assis Chateaubriand, o mais importante conglomerado de comunicação no país, e do **O Globo**, o diário de maior tiragem entre todos os selecionados.

desenvolvimento do país. Nossa pesquisa abarcou tanto o espaço informativo (reportagens, matérias, entrevistas) quanto o espaço opinativo (editoriais), mas em virtude do nosso objetivo central – identificar o posicionamento “oficial” dos órgãos de comunicação selecionados – demos preferência para a coleta e para a análise dos editoriais.

Resultados da análise

Acompanhando o posicionamento dos jornais selecionados sobre as principais ações do Segundo Governo Vargas na elaboração, debate e execução de seu programa econômico, constatamos que a grande imprensa carioca esteve diretamente envolvida nesse processo. Mas longe de representar o lugar da unicidade de discursos e intensões, as páginas dos jornais deram espaço a um intenso debate. Teses distintas e opostas aí se digladiaram em busca da definição sobre qual seria o rumo mais adequado para o país. A questão da necessidade ou não da industrialização acelerada foi um dos elementos essenciais dessa disputa e sobre ela os jornais assumiram diferentes e conflitantes pontos de vista.

O **Jornal do Brasil** fez uma intensa defesa da necessidade de o país resgatar o seu passado histórico, a sua “identidade nacional” e, assim, fomentar novamente a produção agrícola. Para tanto, empreendeu uma verdadeira cruzada contra a mentalidade industrialista dominante, acusando-a de ser a grande responsável por desviar os fatores produtivos das atividades primárias para uma “indústria artificial”, que não representava a verdadeira natureza do país.¹⁴ No que se refere às ideias cepalinas, encontramos pouco ou quase nenhuma repercussão das mesmas no **JB**. Com efeito, de todos os periódicos pesquisados, foi o **Jornal do Brasil** que deu menos destaque a V Reunião da CEPAL, no Brasil, em 1953, pois foi o único que não repercutiu os encontros em todos os dias, diminuindo, por sinal, o interesse no mesmo, na medida em que os debates foram se sucedendo. Além disso, a ênfase que o **Jornal do Brasil** aos temas em debates na reunião é, no mínimo, curiosa: por exemplo, no

¹⁴ Desde o ano de 1951, o **JB** já demonstra muita preocupação com a queda de rendimento da produção agrícola brasileira, vinculando-a à carência do fator mão de obra provocada pelo excessivo êxodo rural, que tirava os braços da lavoura e superlotava as cidades (“Benefícios que mais se esperam”, *Jornal do Brasil*, 28 fevereiro de 1951, Caderno 1, página 5) e, a partir de 1952, vai começar a associar os problemas da agricultura a uma espécie de hipertrofia do setor fabril (“Binômio Energia e Transporte”, *Jornal do Brasil*, 22 janeiro de 1952, Caderno 1, página 5).

editorial em que avaliou as discussões no encontro da CEPAL, o **JB** destaca como sendo o mais discutido os problemas ligados à agricultura continental,¹⁵ o não corresponde às orientações gerais da Comissão - embora as atividades agrícolas não fossem menosprezadas por ela - e aquilo que a historiografia relata como sendo o principal assunto tratado no encontro.

Em relação ao demais jornais, encontramos a defesa da ideia de que a industrialização do Brasil, mais do que benéfica, era uma necessidade, a única forma de atingir o seu progresso econômico e fugir do pauperismo.

Mas os diários defensores dessa industrialização também apresentavam diferenças entre si. **O Jornal** ficou em uma posição intermediária, procurando adotar uma linha de conduta que conciliasse todos os principais interesses em jogo, como a defesa dos programas do governo, as necessidades da agricultura e as demandas da indústria. A *resultante* desse conjunto de pressões acabou sendo uma *estratégia discursiva* bastante sinuosa, que muitas vezes preferiu o silêncio a um posicionamento claro.

O Globo foi o jornal cujo papel mais se aproximou da condição de porta-voz dos industriais representados pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) e seu presidente, Euvaldo Lodi. Curiosamente, é um grupo bem diferente àquele que a historiografia tem apontado como sendo o que lhe dava suporte. Mas não devemos imaginar que o papel de **O Globo** foi o de mera instância subordinada. Sendo um dos jornais que mais crescia no período em termos de tiragem e de rendimentos, a defesa que este vespertino faz da industrialização e da indústria é também a defesa das próprias condições objetivas que lhe garantiam uma trajetória ascendente dentro do campo jornalístico carioca dos anos 50.

Já o **Correio da Manhã** tomou uma postura diferente. Combateu a estrutura fundiária do país como sendo uma das causas do atraso econômico, defendendo a necessidade da reforma agrária. Entrou em choque contra os interesses do comércio exportador ao acusá-lo de querer manter o Brasil eternamente na condição inferior de produtor primário. Foi um forte crítico do atendimento das demandas imediatas dos industriais (por proteção aduaneira ou mesmo privilégios cambiais). Entretanto se

¹⁵ Em um editorial anterior o jornal já havia abordado a CEPAL com a mesma ênfase: “Desenvolvimento da agricultura continental”, *Jornal do Brasil*, 10 de junho de 1951.

colocou como “o verdadeiro ideólogo” da industrialização planejada, defendendo a sua necessidade para o progresso do país. Nessa luta, tentou empreender uma campanha educativa para conscientizar os próprios industriais do *interesse* que eles deveriam ter *como classe* em promover uma industrialização ordenada, o qual era equivalente ao interesse do próprio país. Estratégia discursiva que fica melhor compreendida quando consideramos a posição dominante que este jornal ocupa no próprio interior do campo jornalístico. Esta posição o leva a privilegiar, em suas linhas de ação, a manutenção ou o aumento do capital de prestígio do qual ela mesmo deriva.¹⁶

Esse posicionamento dos jornais frente à industrialização refletiu-se fortemente na sua visão do papel da CEPAL. Com efeito, no caso de **O Jornal**, encontramos seguidamente termos cepalino em sua análise da realidade econômica brasileira, como o caso da preocupação com a deterioração dos termos de troca do país e a necessidade da industrialização para corrigir o problema. No que se refere ao encontro da CEPAL, em 1953, este periódico deu enorme destaque ao evento, defendendo a industrialização, mas salientou a necessidade de se dar prioridade ao capital estrangeiro, fator que não era exatamente uma bandeira da Comissão.¹⁷

No que se refere ao **O Globo**, ele foi o impresso que mais ênfase deu à reunião da CEPAL. No editorial destinado a avaliar o encontro, o vespertino aborda o tema central do debate cepalino, ou seja, a relação entre industrialização e produção primária, mas o faz discutindo os possíveis confrontos entre atividades agrícolas e manufatureiras, através do pronunciamento de Euvaldo Lodi, presidente da CNI (Confederação Nacional da Indústria):

¹⁶ **O Correio**, por exemplo, coloca-se como um verdadeiro arauto da imperiosidade de o país acirrar o seu processo industrializante, abordando assim uma reunião de industriais, ocorrida na Fiesp: “Até o presente, a chamada burguesia brasileira vinha sendo liderada pelo seu setor comercial. E a indústria não compreendia que, por baixo dos interesses comuns, profundas diferenças a opunham ao comércio. Entre estas vale acentuar o fato de o comércio brasileiro depender, principalmente, da venda, a preços altos, de produtos acabados, importados do exterior, e da compra, a preços baixos, de produtos primários, destinados à exportação. **Tende o comércio, por isto, a manter o país na condição de exportador de artigos primários e importador de produtos acabados, o que contraria, frontalmente, o interesse da indústria, e o próprio interesse nacional, que é o de produzir, no país, produtos acabados, para melhorar nossos termos de troca**” (“Consciência industrial”, *Correio da Manhã*, 6 de junho de 1953, Caderno 1, página 4).

¹⁷ Segundo o jornal, as diversas delegações estrangeiras na V Reunião da CEPAL teriam se manifestado “francamente favoráveis às inversões de capitais estrangeiros nos respectivos territórios, com o propósito de colaborarem na exploração de suas riquezas e em outros empreendimentos de interesse nacional.” Ao que o periódico complementa que “dentre os muitos traços de identidade que apresentam os países deste bloco continental, uma das mais acentuadas é a carência de meios financeiros e técnicos para o desenvolvimento de suas fontes de produção e levantamento do nível econômico de suas populações.” (“Os capitais estrangeiros e a América Latina”, *O Jornal*, 15 de abril de 1953, Caderno 1, página 4.)

Como se sabe, o líder industrial brasileiro opôs-se, de certa feita, à tese defendida pelo Sr. John Abbink, segundo a qual o Brasil deveria cuidar apenas da agricultura, deixando para daqui a cinquenta anos a industrialização. Dessa tese, que, se fosse concretizada, conduziria o nosso país a uma situação de completa dependência econômica, penitenciou-se recentemente o Sr. John Abbink, ao reconhecer publicamente, em New York, o seu erro, durante um banquete oferecido ao Sr. Euvaldo Lodi.

Termina o texto afirmando que “**as indicações dos trabalhos da CEPAL, aceitas pela Conferência, apontam para a industrialização ‘como chave do crescimento do nível latino-americano’**”, citando Lodi, novamente. Em consequência, notamos que a leitura que **O Globo** apresenta da reunião da CEPAL não se limita a elogiar a sua importância mas também incorpora a sua tese básica sobre a necessidade da industrialização. O respaldo, porém, que as ideias cepalinas receberam no **OG** não se limitou ao momento do conclave citado, mas são constantes no período estudado. Por exemplo, em um editorial intitulado “Necessidade de Industrialização”,¹⁸ o impresso comenta um palestra de Prebisch no Brasil, no ano de 1951, afirmando:

É de se destacar a exposição sobre a necessidade vital e inadiável de industrialização nos países latino-americanos, os quais, explica Prebisch, com reduzida produção industrial, se abastecem de produtos manufaturados no estrangeiro, em sua maior parte, que são pagos com exportações de produtos primários, muito mais baratos que aqueles. (...)
Vemos, assim, que o economista Prebisch salienta a necessidade premente de industrialização de países como o Brasil, filiando-se à corrente daqueles que, tendo à frente o sr. Euvaldo Lodi, tão tenazmente combatem a tese Abink, favorável, como se sabe, à expansão dos nosso produtos primários.

Por fim, o **Correio da Manhã** também deu enorme receptividade às ideias cepalinas, como podemos perceber pela presença em suas páginas de noções como planejamento econômico e o destaque ao encontro da CEPAL, no Hotel Quitandinha. Nesse caso, o impresso preocupou-se em salientar, além do planejamento, o papel da Comissão na elaboração de uma “teoria do desenvolvimento econômico” específica para a América Latina:

Vale observar a esse respeito, que a ciência econômica é obra de europeus e norte-americanos, assim refletindo os problemas particulares a um capitalismo de apogeu de países plenamente desenvolvidos. Daí a necessidade de uma reflexão teórica sobre os problemas da economia subdesenvolvida, que estenda a doutrina econômica à análise de seus fenômenos.¹⁹

¹⁸ *O Globo*, 03 de setembro de 1951, Caderno 1, página 3.

¹⁹ “Elogio da Cepal”, *Correio da Manhã*, 10 de abril de 1953, Caderno 1, página 4.

Para concluir

A análise acima nos permitiu perceber como a tese da necessidade da industrialização ganhou vasto terreno entre os jornais pesquisados, mesmo naqueles que são considerados “liberais”. Porém, o avanço da tese industrialista entre os jornais não pode ser completamente entendida se a pensarmos apenas sobre os seus aspectos econômicos. Na conjuntura dos anos 50, a industrialização não significava apenas desenvolvimento material, mas era associada a questões como força, soberania e independência nacional. Em outras palavras, sentidos que envolviam a própria concepção de Nação e nacionalismo estavam em jogo no momento, os quais, os jornais não poderiam negligenciar sob pena de perder o seu poder interpelativo sobre os seus leitores.

Na pesquisa também pudemos contatar que os jornais apresentaram um uso bastante variado das teorias em disputa. Em linhas gerais, todos os jornais se demonstraram a favor de medidas defendendo a estabilidade na economia e fizeram uma verdadeira prédica pelo controle das emissões e por um orçamento público equilibrado; também defenderam a necessidade de o país atrair capital estrangeiro para alavancar o seu desenvolvimento econômico. Porém, esses mesmos jornais foram unânimes em advogar pela necessidade do fomento à produção como forma de combate à inflação, pregando o aumento dos investimentos públicos e privados em pleno processo inflacionário. Também defenderam o papel das agências planejadoras e o aumento da capacidade de arrecadação e de investimento público do Estado, mesmo que isso implicasse em majoração de impostos e em aumento do aparato estatal.

Podemos concluir apenas por falta de coerência doutrinária?

Preferimos optar por entender esse uso das teorias e conceitos como estratégias argumentativas na busca da legitimação de suas tomadas de posição e na desautorização das ações e programas dos quais se distanciavam. Notamos, nos anos 50, que o liberalismo, embora ainda uma teoria de prestígio na academia, já não oferecia elementos conceituais suficientes para o posicionamento dos jornais no campo de produção ideológica tendo em vista as próprias condições estruturais do fazer jornalístico, obrigado sempre a lidar com demandas externas do campo econômico, político e, em especial, do público leitor.

Assim, como ser coerente com os cânones liberais quanto estes defendiam que a saída para a inflação era o recuo dos investimentos e um razoável nível de desemprego para desaquecer a demanda? Da mesma maneira, o liberalismo parecia oferecer cada vez menores condições de atender às necessidades de jornais interessado em associar o seu discurso a valores como “progresso da nação”, “desenvolvimento” ou fuga do “subdesenvolvimento”. Na conjuntura intelectual e social dos anos 50, estas noções apresentavam um grande poder de legitimação e um enorme valor de mobilização coletiva aos discursos que dele pudessem se apropriar eficazmente. A luta pela condição de porta-voz autorizado do público leitor na esfera de debate obrigava os agentes do campo jornalísticos a lidar diretamente com essas noções.

É nesse contexto que as ideias cepalinas ganham relevância. Consideradas o melhor aporte teórico capaz de oferecer, no campo do pensamento econômico, uma alternativa legítima ao liberalismo, como forma de desenvolver o capitalismo em países periféricos. Em consequência, constatamos a grande aceitação que a CEPAL recebe na imprensa brasileira, ao ponto de até os jornais considerados “liberais” derem amplo espaço ao encontro desse organismo da ONU, no Brasil, em 1953. Ademais, mesmo o periódico que parece ser o mais distanciado das teses cepalinas, o **Jornal do Brasil**, não optou por desconsiderar ou criticar esta reunião, procurando buscar em seus debates respaldo “autorizado” para a sua proposta de priorização da agricultura frente à indústria.

Isso indica o razoável grau de legitimidade atingido pela CEPAL como espaço de discussão de alternativas para o subdesenvolvimento, mesmo entre aqueles que poderiam discordar abertamente das suas principais propostas. Mais do que isso, demonstra também como algumas de suas ideias essenciais, como a necessidade de industrialização e de planejamento econômico, eram aceitas e defendidas por periódicos brasileiros que são normalmente identificados pela bibliografia como liberais e seguidores de Eugênio Gudin. Isso nos alerta para a necessidade não só de questionar estas classificações muito gerais, como igualmente de buscar compreender melhor o papel da grande imprensa no processo de legitimação da industrialização planejada, tema ainda pouco explorado pela bibliografia.

Por fim, podemos perceber a leitura bastante *estratégica* que os jornais realizaram dos debates da CEPAL, na medida em que cada um selecionou em seus editoriais - e mesmo em suas reportagens - aspectos que correspondiam às teses

previamente defendiam, mas que são apresentados como a média de opiniões ou as conclusões das discussões do conclave. Não procuramos, com esta análise, denunciar qual periódico foi mais “manipulador” ou mais condizente com a “realidade dos fatos”, mas indicar a forma seletiva e estratégica como abordaram o tema aqui proposto. Tão seletivas, aliás, que, se tivéssemos como “fonte” deste encontro apenas os editoriais e os títulos das reportagens do **Jornal do Brasil** e de **O Globo**, teríamos fortes razões para suspeitar que ambos os jornais estivessem tratando de reuniões distintas, tamanha foi a discrepância com que narraram e analisaram o mesmo.

Bibliografia

1. ABREU, Alzira. A. & LATTMAN-WELTMAN, Fernando. *A Imprensa em Transição: O Jornalismo Brasileiro nos anos 50*. Rio de Janeiro Fundação Getúlio Vargas, 1996.
2. AYERBE, Luis Fernando. *Estados Unidos e América Latina : a construção da hegemonia*. São Paulo : Editora UNESP. 2002, p. 75.
3. BASTOS, Pedro Paulo. *Sobre o nacionalismo do segundo governo Vargas: o caso de empresas estatais e filiais estrangeiras no ramo de energia elétrica*. In: XI Encontro Nacional de Economia Política, 2006. . Anais do XI Congresso Nacional de Economia Política (Sociedade Brasileira de Economia Política, SEP, 2006, 03, disponível em http://www.sep.org.br/artigo/554_875127f2848ddb3f73aabe928cdefd83.pdf?PHPSESSID=a26ff76d053e6e95eb6fc4487b644777, consultado em 12 de dezembro de 2009.
4. BIELSCHOWSKY, Ricardo. *Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimento*. 4. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.
5. BIELSCHOWSKY, Ricardo. *Cinquenta anos do pensamento da Cepal – Uma resenha*. BIELSCHOWSKY, Ricardo (org.). *Cinquenta anos do pensamento da Cepal*. Rio de Janeiro : Record, 2000b
6. BOITO Jr., Armando. *O Golpe de Estado de 1954: A Burguesia Contra o Populismo*. São Paulo : Ática, 1982.
7. COLISETE, Renato Perin. *A força das ideias: a Cepal e o industrialismo no Brasil no início dos anos 50*. In: SZMRECSÁNYI, Tamás & SUZIGAN, Wilson (org.) *História Econômica do Brasil Contemporâneo*. 2ª. edição. São Paulo – HUCITEC/Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica/Editora da Universidade de São Paulo/Imprensa Oficial, 2002
8. DRAIBE, Sônia. *Rumos e metamorfoses - Estado e industrialização no Brasil: 1930/1960*. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1985.

9. FERRER, Aldo. *Las primeras enseñanzas de Prebisch*. In.: Revista de la Cepal, no. 42, Diciembre, de 1990, pp.: 187-203.
10. FONSECA, Pedro Cezar Dutra. Nacionalismo e Economia: o segundo governo Vargas. In: SZMRECSÁNYI, Tamás & SUZIGAN, Wilson (org.) *História Econômica do Brasil Contemporâneo*. 2ª. edição. São Paulo – HUCITEC/Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica/Editora da Universidade de São Paulo/Imprensa Oficial, 2002.
11. FONSECA, Pedro César Dutra. Vargas: *O capitalismo em construção: 1906-1954*. Ed. Brasiliense : São Paulo, 1987.
12. GUDIN, Eugenio. *Produtividade*. In.: Revista Brasileira de Economia. Vol. 8, No 3 (1954) pp: 9-70
13. LAURENZA, Ana M. A.. *Lacerda x Wainer: o Corvo e o Bessarabiano*. 2 ed., São Paulo : Ed. SENAC, 1998.
14. LEOPOLDI, Maria Antonieta Parahyba Leopoldi. *Política e interesses na industrialização brasileira : As associações industriais, a política econômica e o Estado*. São Paulo : Paz e Terra : 2000.
15. _____. O difícil caminho do meio: Estado, burguesia industrial e industrialização no segundo governo Vargas (1951-1954). In.: SZMRECSÁNYI, Tamás & SUZIGAN, Wilson (org.) *História Econômica do Brasil Contemporâneo*. 2ª. edição. São Paulo – HUCITEC/Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica/Editora da Universidade de São Paulo/Imprensa Oficial, 2002, p. 17-29.
16. MARTINS, Luis Carlos dos Passos. *O processo de criação da Petrobrás : imprensa e política no segundo governo Vargas*. Porto Alegre, 2006. 243 f.
17. _____. *A grande imprensa "liberal" da Capital Federal (RJ) e a política econômica do segundo governo Vargas (1951-1954) : conflito entre projetos de desenvolvimento nacional [documento impresso e eletrônico]*. Porto Alegre, 2010. 362 f.
18. RIBEIRO, Ana Paula Goulart. Clientelismo, corrupção e publicidade: como sobreviviam as empresas jornalísticas no Rio de Janeiro dos anos 1950? In.: *Ciberlegenda*, n. 8, 2002. Disponível em: <<http://www.uff.br/mestcii/ana1.htm>>.
19. RIBEIRO, Lavina M. *Imprensa e Espaço Público: A Institucionalização do Jornalismo no Brasil (1808-1964)*. Rio de Janeiro : E-Papers, 2004.
20. RODRIGUES. Mônica S. *Pelas Lentes da Tupi: uma leitura do campo jornalístico no final da Era Vargas*. Rio de Janeiro:UFRJ/IFCS, 1999 – mimeo.
21. SARETTA, Fausto. . O Jornal O Estado de São Paulo e Getúlio Vargas: política e economia (1951-1954). In: IX Encontro Nacional da Sociedade Brasileira de Economia Política, 2004, Uberlândia. ANAIS DO IX ENCONTRO NACIONAL DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA POLITICA. Uberlândia, 2004. v. 1. p. 1-20.

22. SILVA, Hélio. *1954: Um tiro no coração*. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 1978.
23. SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco (1930-1964)*. 11. reimp., Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1996.
24. SODRE, Nelson Werneck. *Historia da imprensa no Brasil*. São Paulo : Martins Fontes, 1983.